

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstração de Resultado	11
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
Demonstração do Valor Adicionado	15
Notas Explicativas	16
1. A companhia e suas operações	16
2. Base de apresentação das demonstrações financeiras	17
3. Sumário das principais práticas contábeis.....	19
4. Estimativas e julgamentos relevantes.....	23
5. Novas normas e interpretações.....	25
6. Contas a receber	27
7. Financiamentos.....	28
8. Arrendamentos mercantis.....	29
9. Partes relacionadas	29
10. Tributos.....	32
11. Benefícios concedidos a empregados	34
12. Patrimônio líquido	35
13. Receita de arrendamento.....	36
14. Outras receitas (despesas) líquidas	37
15. Despesas por natureza.....	37
16. Resultado financeiro líquido.....	37
17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	38
18. Processos judiciais e contingências	38
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	39
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	43

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas da
Termobahia S.A.
São Francisco do Conde - BA

Cumprindo preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A. do exercício social findo em 31/12/2018, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

Perfil Corporativo

A Termobahia é uma sociedade detentora da propriedade da Usina Termelétrica Celso Furtado - UTE-CF, com capacidade nominal instalada de 185,89 MW de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor, localizada no Município de São Francisco do Conde - BA, ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (RLAM), da Petrobras.

A Companhia foi autorizada a operar como Produtor Independente de Energia Elétrica pela Resolução ANEEL nº 306, de 26/10/1999, e incluída no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) em 2001, entrando em operação comercial em 30/09/2003.

Em 28/06/2000, a Termobahia celebrou Contrato de Conversão de Energia - ECC com a sua controladora Petrobras, cujo prazo de duração é de 20 anos contados a partir da data de operação comercial. A Petrobras, por força deste contrato, tornou-se responsável pela operação e manutenção da UTE.

Em 02/03/2010, através da Resolução Autorizativa nº 2.290, publicada no Diário Oficial da União em 12/03/10, a ANEEL autorizou a transferência do PIE da Termobahia para a Petrobras explorar a UTE-CF.

Em 01/04/2013, a Petrobras rescindiu o contrato de ECC com a Termobahia e celebrou Contrato de Locação, com receita fixa mensal e atualizada anualmente pelo IPCA, com vigência até 15/09/2023, mantendo-se a responsabilidade de operação e manutenção a cargo da Petrobras.

Comercialização

Toda a energia elétrica e vapor produzido pela UTE-CF são comercializados pela Petrobras. O vapor é totalmente consumido pela RLAM e a energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Aspectos Operacionais

Em 2012, foi realizado concurso (Processo Seletivo Público) o qual agregou ao quadro de pessoal até então existente (5 pessoas) outros 40 profissionais, que foram admitidos a partir 28/01/2013. Posteriormente, os empregados (45) foram cedidos a Petróleo Brasileiro S.A. para desenvolver as atividades de Operação e Manutenção (O&M) da Usina, além de outras atividades da Controladora. Ressalta-se que, até 2015, a UTE-CF era operada em regime de subcontratação de empresa prestadora de serviço, mediante o Contrato de O&M. Com o fim do referido Contrato, a Operação e Manutenção da Usina passaram a ser exercidas pela Petrobras, utilizando o pessoal cedido pela Termobahia.

Aspectos Econômicos e Financeiros

A **Receita Operacional** (Locação) foi fortemente impactada pela mudança nas estimativas de avaliação contábil utilizadas pela Companhia. Até o exercício de 2017, o Recebível considerava os Impostos a Recuperar em seu Fluxo de Caixa futuro. Já em 2018, os Fluxos de Recebimentos passaram a ser líquidos desses Impostos. Vide as Notas Explicativas 13 - Receita de Arrendamento e 16 - Resultado Financeiro Líquido nas Demonstrações Financeiras.

Dessa forma, a **Receita Anual** variou de R\$ 41,7 milhões (2017) para R\$ 7,1 milhões (2018), com a redução de 83%.

Tal **efeito é eminentemente contábil**, já que não houve qualquer alteração no "Contrato de Aluguel e Outras Avenças", relativo à Usina Termelétrica Celso Furtado, firmado entre a Termobahia e a Petrobras.

Em decorrência, o **Lucro Antes do Resultado Financeiro e Impostos** apresentou uma redução de 106% passando de R\$ 31,6 milhões em 2017 para prejuízo de R\$ 1,8 milhões em 2018.

As **Receitas e Despesas Financeiras** tiveram uma redução significativa devido à queda da taxa de juros no mercado, bem como, no caso específico das Despesas, em consequência da redução de Passivos, devido à liquidação de Contratos de Financiamentos ocorridos ao longo de 2017.

O conjunto dessas variáveis acarretou a redução do **Lucro Antes dos Impostos** de R\$ 78,5 milhões (2017) para R\$ 22,3 milhões (2018), com a redução de 72%.

Com isso, a Termobahia encerrou o exercício de 2018 com Lucro Líquido de R\$ 14,1 milhões ante Lucro Líquido de R\$ 59,7 milhões auferido em 2017.

Metas e Indicadores

Conforme explanado anteriormente, devido aos novos critérios de avaliação contábil dos Recebíveis, as **Metas e Indicadores da Companhia**, foram afetadas significativamente.

Por trata-se de evento "não gerenciável" por parte dos Administradores, o quadro abaixo apresenta - além dos Indicadores e Metas - os Indicadores Ajustados que apresentam o resultado obtido sem o efeito dos ajustes de impostos, ou seja, expurgando os impactos causados pelas referidas mudanças contábeis:

Indicadores	Meta 2018	Realizado	Realizado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	41.762	-1.765	26.436
IRENT (%)	6%	2%	6%

Proposta de Destinação de Resultado

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado. O Estatuto da Termobahia prevê que a Assembleia poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Dessa forma, a proposta de Destinação de Resultado relativa ao exercício de 2018 elaborada pelos Administradores da Sociedade será encaminhada à deliberação em Assembleia de Acionistas em 2019, nas condições apresentadas a seguir.

Propostas de Destinação do Resultado (R\$ mil)	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.131
Apropriação Reserva legal (5%)	-707
Lucro básico para determinação do dividendo	13.424
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.356
Dividendos adicionais propostos	10.068
Total de Dividendos Propostos	13.424

Sustentabilidade

Tendo em vista às características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras; a estabilidade de seu quadro de pessoal - sem novas admissões e/ou demissões; dentre outras), os Projetos Socioambientais da Usina Termelétrica Celso Furtado, que se encontra locada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

São Francisco do Conde, 27 de março de 2019.

Wellington Gomes Lucas
Presidente

Marcos Gratacós Nobrega

Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Termobahia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termobahia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termobahia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas n^os 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota			Passivo	Nota		
		2018	2017			2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	9.1	686	719
Contas a receber, líquidas	6.1	78.248	74.669	Financiamentos	7	10.901	9.155
Contas a receber - FIDC	6.2	317.218	220.772	Imposto de renda e contribuição social	10.1	350	457
Imposto de renda e contribuição social	10.1	129	-	Impostos e contribuições	10.1	730	997
		<u>395.596</u>	<u>295.442</u>	Dividendos propostos	12.4	60.082	14.181
				Salários, férias e encargos		<u>2.456</u>	<u>1.866</u>
						<u>75.205</u>	<u>27.375</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	7	49.802	55.578
Contas a receber, líquidas	6.1	386.292	489.393	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	81.166	95.059
Depósitos judiciais	18.2	10.222	9.621	Planos de pensão e saúde	11	6.876	4.005
		<u>396.514</u>	<u>499.014</u>	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	191	178
						<u>138.035</u>	<u>154.820</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social realizado		311.752	311.752
				Transações de capital		255.516	255.516
				Outros resultados abrangentes		(2.624)	(1.002)
				Reservas de lucros		<u>14.226</u>	<u>45.995</u>
						<u>578.870</u>	<u>612.261</u>
		<u>792.110</u>	<u>794.456</u>			<u>792.110</u>	<u>794.456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita de arrendamento	13	7.117	41.743
Lucro bruto		7.117	41.743
Despesas			
Gerais e administrativas	15	(2.089)	(1.758)
Tributárias	15	(4.566)	(7.324)
Outras despesas, líquidas	14	(2.227)	(1.042)
		(8.882)	(10.124)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(1.765)	31.619
Resultado financeiro líquido	16	24.046	46.855
Receitas financeiras		17.201	25.780
Despesas financeiras		(4.890)	(11.065)
Variações cambiais e monetárias, líquidas		11.735	32.140
Lucro antes dos impostos		22.281	78.474
Imposto de renda e contribuição social	10.3	(8.150)	(18.762)
Lucro líquido do exercício		14.131	59.712
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	271,64	1.147,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	14.131	59.712
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(1.622)	211
	(1.622)	211
Resultado abrangente total	12.509	59.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Outros resultados abrangentes			Reservas de lucros	
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2017	311.752	255.516	(1.213)	465	6.628	-	573.148
	311.752	255.516	(1.213)			7.093	573.148
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(6.628)	-	(6.628)
Outros resultados abrangentes	-	-	211	-	-	-	211
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59.712	59.712
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	2.986	-	(2.986)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.182)	(14.182)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	42.544	(42.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.752	255.516	(1.002)	3.451	42.544	-	612.261
	311.752	255.516	(1.002)			45.995	612.261
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(42.544)	-	(42.544)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.622)	-	-	-	(1.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.131	14.131
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	707	-	(707)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.356)	(3.356)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	10.068	(10.068)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	311.752	255.516	(2.624)	4.158	10.068	-	578.870
	311.752	255.516	(2.624)			14.226	578.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.131	59.712
Ajustes para:		
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	1.249	1.151
Provisão para perdas com processos judiciais	13	16
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	(7.432)	(75.588)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(16.614)	(25.188)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(13.893)	(4.030)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	812	(831)
Contas a receber - arrendamento financeiro	115.683	131.033
Outros ativos	(22)	(616)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(33)	117
Impostos e contribuições	10.125	11.229
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.628)	(7.567)
Outros passivos	590	432
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	93.981	89.870
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	(79.832)	113.794
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(79.832)	113.794
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:		
Amortizações de principal	(8.966)	(183.543)
Amortizações de juros	(5.183)	(11.282)
Dividendos pagos a acionista Petrobras	-	(8.736)
Dividendos pagos a terceiros	-	(102)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(14.149)	(203.663)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Outras receitas	45	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.462)	(1.100)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.417)	(1.100)
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre arrendamento mercantil	19.664	53.909
Receitas financeiras - inclui variação monetária	34.175	58.873
	53.839	112.782
Valor adicionado a distribuir	52.422	111.682
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e benefícios	1.709	1.473
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	747	186
	2.456	1.659
Tributos		
Federais	25.642	38.235
Estaduais	7	3
Municipais	58	55
	25.707	38.293
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	10.128	12.018
Acionistas		
Dividendos	3.356	14.182
Lucros retidos	10.775	45.530
	14.131	59.712
Valor adicionado distribuído	52.422	111.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. (“companhia”), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Celso Furtado, cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (“RLAM”), de propriedade da Petrobras, com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Contrato de Conversão de Energia

A companhia firmou Contrato de Conversão de Energia em 28 de junho de 2000 com a Petrobras, que estabelecia, entre outros itens, a Operação e a Manutenção da Usina pela Petrobras, durante a vigência do Contrato.

Em abril de 2013, o modelo contratual do negócio com a Petrobras foi reformulado, com o Distrato do Contrato de Conversão de Energia, e a Celebração de Contrato de Locação da Usina.

1.2. Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora.

Tal instrumento não modificou, na sua essência econômica, a relação existente com sua Controladora, sendo mantida a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil.

1.3. Aliança estratégica entre Petrobras e Total Brasil E&P

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a empresa Total assinaram contratos de compra e venda de ativos da Aliança Estratégica, definidos no Acordo Geral de Colaboração (Master Agreement), assinado em 21 de dezembro de 2016.

Os contratos de compra e venda contemplam a alienação para a Total de 50% de participação da Petrobras na Termobahia, proprietária da Usina Termoelétrica (UTE) Celso Furtado. Para o fechamento da transação terá que ser realizada a reestruturação societária na Termobahia, com o aporte da UTE Rômulo de Almeida, atualmente de propriedade da Petrobras.

Após a reestruturação societária, está prevista a elaboração de novos contratos de aluguel das plantas em bases a serem negociadas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2019, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Práticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 3.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments* e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*, não tendo impactos materiais em suas demonstrações com a adoção dessas normas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4.1. IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

As disposições transitórias previstas pelo CPC 48 permite a companhia não rerepresentar suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. A companhia não teve impactos materiais nos valores de seus ativos e passivos resultante da adoção do CPC 48.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.4.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As disposições transitórias previstas pelo CPC 47, permite que a companhia adote o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto a companhia não teve impactos materiais nos valores de seus recebíveis de contrato de com seus clientes.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.6. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como despesa de vendas.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

3.2. Arrendamentos mercantis

O contrato de locação da companhia, classificada como arrendamento mercantil financeiro, transfere substancialmente à Petrobras os riscos e benefícios inerentes a propriedade da central termelétrica.

A companhia reconhece o recebível pelo valor presente decorrente da operação de arrendamento mercantil financeiro, constituído pelos pagamentos mínimos durante o prazo do arrendamento mercantil de 10 anos e 5 meses.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.5. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.6. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita com arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno - TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de recebíveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 10.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. *International Accounting Standards Board (IASB)*

5.1.1. IFRS 16 - *Leases* / CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A despesa financeira poderá ser objeto de capitalização, conforme previsto no IAS 23 - *Borrowing Costs*. As variações cambiais oriundas do saldo de passivos de arrendamento denominados em dólares norte-americanos e que sejam objeto de designação em função das relações de hedge entre as variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações nessa moeda, serão diferidas no patrimônio líquido.

A companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mesurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente os seguintes parâmetros:

- Taxa de juros - curva de *yield* dos *bonds* emitidos pela da companhia;
- Prazo - prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela *duration* do respectivo fluxo de pagamento;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o *yield* observado nas curvas de captação da empresa; e
- Ambiente econômico similar - risco de crédito da companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

Apresentação

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não irá gerar impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo IFRS 16 serão considerados na métrica financeira Dívida líquida/*Ebitda* ajustado, no entanto, a adoção desse pronunciamento não irá ocasionar em alterações nas práticas de negócio da companhia e metas estabelecidas no Plano de Negócios e Gestão 2019-2023, bem como na necessidade de negociação em cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (*covenants*) existentes em determinados contratos de dívida.

5.1.2. IFRIC 23 *Uncertainty over Income Tax Treatments* / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 - *Income Taxes*, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23 -Uncertainty over Income Tax Treatments	1º de janeiro de 2019
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2018	2017
Clientes		
Partes relacionadas		
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 8)	461.221	559.931
Outras contas a receber (nota explicativa 9.1)	3.319	4.131
	464.540	564.062
Circulante	78.248	74.669
Não circulante	386.292	489.393

A exposição da companhia ao risco de crédito associado aos clientes e recebíveis de ativos financeiros está divulgada na nota explicativa 19.3.3.

6.2. Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP que era tratada como "empréstimos e recebíveis", de acordo com o IAS 39 (CPC 38), com a adoção do IFRS 9 (CPC 48), encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinaram, principalmente, à construção da planta termelétrica da companhia.

A companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), de natureza qualitativa, as quais vêm sendo cumpridas integralmente.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	<u>Empréstimos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Circulante e Não Circulante			
No país			
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	176.576	73.305	249.881
Amortização de Principal	(175.493)	(8.050)	(183.543)
Amortização de Juros	(5.989)	(5.293)	(11.282)
Variações monetárias e cambiais	4.906	4.771	9.677
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	64.733	64.733
Circulante			9.155
Não Circulante			55.578
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	-	64.733	64.733
Amortização de Principal	-	(8.966)	(8.966)
Amortização de Juros	-	(5.183)	(5.183)
Variações monetárias e cambiais	-	10.119	10.119
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	-	60.703	60.703
Circulante			10.901
Não Circulante			49.802

7.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	5 anos						Total
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	em diante	
Financiamentos em Reais (a):							
Indexados a taxas fixas	10.901	11.624	12.768	14.026	11.384	-	60.703
Taxa média dos Financiamentos	8%	8%	8%	8%	8%	-	8%
Total em 31 de dezembro de 2018	10.901	11.624	12.768	14.026	11.384	-	60.703
Total em 31 de dezembro de 2017	9.155	9.748	10.697	11.750	12.907	10.476	64.733

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

a) Financiamentos em Reais

Em 28 de junho de 2000, a companhia firmou Contrato de Financiamento com juros de 6% a.a., acrescido de variação monetária calculada com base no Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

a) Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004.

Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 60.703 (R\$ 64.733 em 2017), sendo R\$ 10.901 (R\$ 9.155 em 2017) classificados no curto prazo. O saldo não subscrito (69.438) foi cancelado quando da subscrição das debêntures em 31 de janeiro de 2003.

8. Arrendamentos mercantis

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles), relativos ao contrato de locação da UTE Celso Furtado, estão descritos a seguir:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2019	126.575	(51.646)	74.929
2020 - 2022	382.394	(91.871)	290.523
2023 em diante	100.910	(5.141)	95.769
Em 31 de dezembro de 2018	609.879	(148.658)	461.221
Circulante			74.929
Não circulante			386.292
Em 31 de dezembro de 2018			461.221
Circulante			70.538
Não circulante			489.393
Em 31 de dezembro de 2017			559.931

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo contrato de locação da UTE Celso Furtado, celebrado com a Petrobras em 01 de abril de 2013 com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

9. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

Priorização dos interesses da companhia independente da contraparte no negócio;

Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da companhia;

Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e

Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Administração da companhia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

	2018			2017
	Petrobras	Petros	Total	Total
Ativo				
Circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 8)	74.929	-	74.929	70.538
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido (nota explicativa 6)	3.319	-	3.319	4.131
	78.248	-	78.248	74.669
Não circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 8)	386.292	-	386.292	489.393
	464.540	-	464.540	564.062
Passivo				
Circulante				
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	686	-	686	719
Financiamentos (notas explicativas 7.1a)	-	10.901	10.901	9.155
Dividendos propostos	59.389	693	60.082	14.181
	60.075	11.594	71.669	24.055
Não circulante				
Financiamentos (notas explicativas 7.1a)	-	-	-	55.578
	60.075	11.594	71.669	79.633

	2018			2017
	Petrobras	Petros	Total	Total
Resultado				
Receita de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 13)	19.664	-	19.664	53.908
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 15) (i)	(564)	-	(564)	(562)
Variações monetárias e cambiais líquidas	16.972	(5.237)	11.735	32.008
Despesas financeiras líquidas (nota explicativa 16)	-	(4.881)	(4.881)	(10.331)
Servidão de passagem	-	-	-	(25)
	36.072	(10.118)	25.954	74.998

(i) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS; Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da Controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termobahia apresenta uma dimensão reduzida.

9.2. Remuneração dos administradores da companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2018. Foi deliberada a fixação do montante global de até R\$ 145 mil válida para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termobahia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Tributos

10.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda	129	-	-	87
Contribuição social	-	-	350	370
	129	-	350	457

Demais impostos e contribuições	Passivo Circulante	
	2018	2017
Impostos no país:		
PIS e COFINS	730	997
	730	997

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento		Prejuízos fiscais	Outros	Total
	Imobilizado	Contas a receber			
Em 1º de janeiro de 2017	68.404	(205.938)	41.688	(1.269)	(97.115)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.228)	19.329	(4.240)	(831)	4.030
Programa recuperação tributária (i)	-	-	(1.974)	-	(1.974)
Em 31 de dezembro de 2017	58.176	(186.609)	35.474	(2.100)	(95.059)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.118)	33.662	(9.457)	(195)	13.893
Em 31 de dezembro de 2018	48.058	(152.947)	26.017	(2.295)	(81.166)

(i) Utilização de crédito de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais na quitação da obrigação de PIS e Cofins, relacionada ao Programa de Especial de Regularização Tributária - PERT, regulamentado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.733 de 31 de agosto de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda (PGNF) nº 902 de 4 de setembro de 2017, pela modalidade de pagamento de 20% em cinco parcelas, totalizando R\$ 494, e o saldo remanescente de 80%, compensados com créditos de prejuízos fiscais, no montante de R\$ 1.975. A companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídico e tributário, reavaliou o entendimento do PIS e COFINS sobre variação cambial credora de empréstimos em dólar com sua Controladora, e os incluiu na base de cálculo como variação monetária credora, que tem incidência do referido imposto.

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2019	4.337	(17.864)
2020	4.337	(17.864)
2021	4.336	(17.864)
2022	4.336	(17.864)
2023	4.336	(17.864)
2024	4.336	(17.864)
Total	26.018	(107.184)

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$ 76.519 (R\$ 104.035 em 2017). O crédito de imposto de renda e contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foi constituído, limitado a 30% do passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da reformulação contratual, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	22.281	78.474
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(7.575)	(26.681)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(351)	(184)
Permanentes	(371)	(330)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	8.422
Outros	147	11
Imposto de renda e contribuição social	(8.150)	(18.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.893	4.030
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.043)	(22.792)
	(8.150)	(18.762)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(36,6)%	(23,9)%

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2018	2017
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	1.748	1.408
Plano de saúde AMS	5.128	2.597
	6.876	4.005

11.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O plano Petros 2 foi implementado pela companhia a partir de 2010, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2018, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 725 (R\$ 868 em 2017).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2019 são de R\$ 708, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2018 é de 42,48 anos.

11.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Termobahia mantém um plano de assistência médica (AMS) a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015. Desta forma, a partir do exercício de 2015, a companhia passou a constituir provisão dos compromissos de assistência médica pós-emprego, com base em laudo atuarial.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2018 é de 32,90 anos (34,61 anos em 31 de dezembro de 2017).

11.3. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada aos resultados (metas) e lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

No exercício de 2018, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 741 de PLR.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 311.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 98,85% (51.419) em poder da Petrobras e 1,15% (600) da Petros.

12.2. Transações de capital

Em face do modelo contratual da operação com a Petrobras adotado, no exercício de 2013, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado, abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital - (R\$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis.

12.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

12.4. Dividendos

Os sócios terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O contrato social prevê que os sócios poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2018, que está sendo encaminhada pela Administração da companhia à aprovação dos sócios em 2018, no montante de R\$ 13.424, atende aos direitos garantidos aos sócios. O pagamento será realizado em data a ser fixada em assembleia dos acionistas.

Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, a Administração deliberou e aprovou a distribuição não só dos dividendos mínimos obrigatórios de 2017 de R\$ 14.181, como também da totalidade dos dividendos adicionais propostos de R\$ 42.545, totalizando R\$ 56.726. Desse montante, R\$ 56.074 caberá à Petrobras e R\$ 652 à Petros.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	14.131	59.712
Apropriação:		
Reserva legal	(707)	(2.986)
Lucro básico para determinação do dividendo	13.424	56.726
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro básico:		
Dividendos	3.356	14.181
	3.356	14.181
Dividendos adicionais propostos	10.068	42.545
Total de dividendos propostos	13.424	56.726

12.5. Resultado por ação

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Termobahia S.A.	14.131	59.712
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	271,64	1.147,88

13. Receita de arrendamento

	2018	2017
Receita financeira	19.664	53.908
Encargos	(12.547)	(12.165)
Receita líquida	7.117	41.743

A menor receita de arrendamento no exercício de 2018 refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis de arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato. Além disso, em 31 de dezembro de 2018, a companhia teve um impacto líquido negativo em seu resultado de receita financeira de R\$ 28.201, em função de seu recebível não mais considerar os efeitos de impostos recuperáveis em seu fluxo de caixa futuro. A companhia entende que essa atual estimativa reflete de maneira adequada o seu fluxo de recebimento futuro.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Outras receitas (despesas) líquidas

	2018	2017
Provisão para perdas com processos judiciais	(13)	(16)
Reembolso de pessoal cedido	(1.470)	(840)
Participação nos Lucros ou Resultados	(747)	(186)
Outras despesas operacionais, líquidas	3	-
	(2.227)	(1.042)

15. Despesas por natureza

	2018	2017
Gastos com pessoal	(2.899)	(1.701)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 9.1)	(564)	(562)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(840)	(521)
Tributárias	(4.566)	(7.324)
Provisão para perdas com processos judiciais	(13)	(16)
	(8.882)	(10.124)

Na demonstração do resultado

Gerais e administrativas	(2.089)	(1.758)
Tributárias	(4.566)	(7.324)
Outras despesas líquidas	(2.227)	(1.042)
	(8.882)	(10.124)

16. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Variações cambiais e monetárias s/endividamento líquido (i)	(5.237)	653
Despesa com endividamentos (ii)	(4.890)	(10.331)
Resultado com recebíveis de ativos financeiros	16.614	25.188
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	6.487	15.510
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	577	612
Atualização monetária sobre arrendamento financeiro (iii)	16.973	31.355
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	10	(729)
Outras variações monetárias líquidas	(1)	107
Resultado financeiro líquido	24.046	46.855
Receitas	17.201	25.780
Despesas	(4.890)	(11.065)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	11.735	32.140
	24.046	46.855

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) - Aumento da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 5.890 mil), dada à variação de 7,54% no IGP-M (contra variação negativa de 0,52% em 2017).

(ii) - Menor despesa de juros sobre empréstimos (R\$ 5.441 mil), reflexo da liquidação da dívida com a Petrobras em junho de 2017.

(iii) - Em 31 de dezembro de 2018, a companhia teve um impacto líquido negativo em seu resultado de atualização monetária sobre arrendamento financeiro de R\$ 18.811, em função de seu recebível não mais considerar os efeitos de impostos recuperáveis em seu fluxo de caixa futuro. A companhia entende que essa atual estimativa reflete de maneira adequada o seu fluxo de recebimento futuro.

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2018	2017
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.259	2.251

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

A companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas que debatem diferença de remuneração e participação nos lucros e resultados.

O valor provisionado é o seguinte:

Passivo não circulante	2018	2017
Processos trabalhistas	191	178
	191	178
Saldo inicial	178	162
Atualização monetária e juros	13	16
Saldo final	191	178

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo não circulante	2018	2017
Trabalhistas	73	61
Fiscais	10.149	9.560
	10.222	9.621

No período de janeiro a dezembro de 2018, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

18.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2018	2017
Fiscais	11.555	10.573
	11.555	10.573

A movimentação de processos judiciais não provisionados no exercício de 2018 refere-se a juros e atualização monetária.

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
Autor: União Federal		
1) DCOMP - Declaração de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecido. Situação atual: Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal.	4.252	4.128
2) DCOMP - Declarações de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecidos. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso voluntário.	6.088	6.226
8) Processos diversos de natureza fiscal	1.215	219
Total de processos de natureza fiscal	11.555	10.573

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	78.248	74.669
Contas a receber - FIDC	317.218	220.772
	395.467	295.442
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	386.292	489.393
Depósitos judiciais	10.222	9.621
	791.981	794.456
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	686	719
Financiamentos	10.901	9.155
	11.587	9.874
Não circulante		
Financiamentos	49.802	55.578
	61.389	65.452

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.3.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Não há exposição cambial na companhia em 31 de dezembro de 2018, já que seus empréstimos e financiamentos junto a Controladora, sujeito à variação cambial do Dólar norte-americano, foram liquidados em 16 de junho 2017, conforme quadro da nota explicativa 7.1.

19.3.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

19.3.3. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Celso Furtado), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Santos Ferreira
Conselheiro

Alexandre Rodrigues Tavares
Conselheiro

Cláudio Evangelista de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Marcos Gratacós Nobrega
Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Contador
CRC-RJ 089868/O-2